

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

21/11/2015

Folha de S.Paulo

Decano do Lobby

Folha de S. Paulo - 21/11/2015

Alexandre Paes dos Santos, o APS

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Na última quinta-feira (19), o lobista Alexandre Paes dos Santos, 61, entrou mudo e saiu calado da CPI do **Carf**, investigação sobre irregularidades no conselho do Ministério da Fazenda que julga recursos contra multas da Receita. APS, como é conhecido, está preso desde o final de outubro, a primeira vez em mais de 30 anos de atividade de lobby em Brasília que se vê atrás das grades. Cerca de um mês antes de ir para a cadeia, ele recebeu a Folha, quando disse estar convicto da fragilidade das provas contra ele na Operação Zelotes.

“Não tem nada, não tem nada”, repetiu várias vezes. A acusação principal contra APS é a venda de medidas provisórias em benefício do setor automotivo. Não é a primeira polêmica em que é envolvido —pelo contrário. Em 2001, a Polícia Federal apreendeu uma agenda em seu poder com o nome de vários deputados federais e valores acompanhados da letra “K” (significando “mil”). Para a PF, tratava-se de uma lista de propinas. O escândalo foi um golpe nos negócios de APS, então em pleno vapor com grandes clientes como Carrefour, Johnson & Johnson e McDonald’s.

Em 2006, ele voltou ao noticiário ao confirmar para a revista “Veja” que cedia uma sala do escritório que construiu no Lago Sul para um dos filhos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Fábio Luis, trabalhar quando estivesse em Brasília. No início de 2015, a PF listava oito indiciamentos de APS por suspeitas diversas como tráfico de influência e corrupção ativa.

ARQUIVO

VIVO

Natural do Rio, APS chegou a Brasília nos anos 70 e abriu um escritório de lobby. A Folha disse que sua consultoria “é institucional” e “representa clientes, associações de classe, empresas privadas, junto ao governo e outras entidades”. Fernando Cêsar Mesquita, ex-diretor de comunicação do Senado ligado ao ex-presidente José Sarney (PMDB- AP), disse que APS, de quem se declara amigo, foi “realmente o grande lobista, com mais de 50 empresas [como clientes]. E era uma grande fonte de

informações de jornalistas. Porque ele transitava nessa área empresarial e sabia de tudo”.

APS se recusa a fornecer os nomes dos seus clientes. A Folha confirmou um, a AB- DIB (Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústria de Base), que representa bancos e empreiteiras e pagou R\$ 20 mil mensais de 2009 a 2014 para “consultoria parlamentar junto ao Congresso Nacional abrangendo o acompanhamento das propostas apresentadas em plenário, da atuação das comissões permanentes e temporárias e toda a tramitação legislativa”.

A mais recente crise por que passa APS começou a ser delineada em 2008, quando, segundo ele, conheceu o ex- conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva e dele se tornou sócio em uma firma de consultoria. Segundo APS, eles tinham “clientes separados”. “Eu nunca tive negócios no **Carf** e nenhuma dessas empresas que eu representei em Brasília teve interesse junto ao **Carf**”, defendeu-se APS. Mas a parceria, na versão dele, logo acabou.

Teria havido um desarranjo em torno dos gastos para a reforma do escritório, que funcionou em uma casa no Lago Sul, em Brasília. Em 2014, APS entrou na mira da Zelotes. Em um telefonema interceptado, ele explicou ao interlocutor que o então candidato presidencial do PSDB à Presidência, Aécio Neves, havia se comprometido a recebê-lo para uma conversa durante a campanha. Pretendia apresentar reivindicações de um setor empresarial que não fica claro na conversa.

APS comentou que também já havia falado com Erenice Guerra, ex-ministra da Casa Civil, e iria procurar “falar diretamente com a presidente” Dilma Rousseff “para saber com quem tem que falar para poder direcionar”. Segundo APS, Erenice reclamou com ele que “ê tanta gente no PT para poder coordenar que ê complicado”.

Depois, APS disse à PF que se considera amigo de Erenice, mas nunca fez negócios com ela.

A Folha, o lobista disse que “algumas associações de classe” o procuraram, na campanha de 2014, para que pudessem apresentar seus “programas de governo” aos candidatos. “Acredito que um ou dois encontros aconteceram. Acredito que com a campanha do PSDB, e eu não sei se teve outros”, disse APS.

O Olho - PI

Defesa de Hallysson Carvalho volta a pedir transferência do preso para Teresina

21/11/2015

*Operação Zelotes investiga fraudes em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). Hallysson é acusado de tentar extorquir dinheiro de empresários*

A defesa do ex-diretor financeiro da Fundação Cultural do Piauí (Fundac), Hallysson Carvalho da Silva, preso pela Polícia Federal na Operação Zelotes, pediu

mais uma vez o relaxamento da prisão do piauiense. Ele encontra-se preso em Brasília e a defesa também espera conseguir a transferência do acusado para Teresina.

Leia mais: Juíza nega pedido de transferência de Hallysson Carvalho para Teresina

A operação Zelotes investiga fraudes em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Hallysson é acusado de tentar extorquir dinheiro de empresários. O acusado nega as acusações e se diz vítima de um engano. Ele foi preso em outubro deste ano no Estado de São Paulo.

No mês passado, a defesa do investigado tentou conseguir o relaxamento da prisão e a transferência para Teresina, mas teve os dois pedidos negados. O réu alega ter uma filha com problemas de saúde e por isso precisava ser transferido para a capital.

Leia mais: Lobista ostentava relações de amizade com políticos do Piauí

SEGUNDA TENTATIVA

A juíza federal substituta da 10ª Vara Federal em Brasília, Célia Regina Ody Bernardes, que cuida do caso, afirmou que não haveria motivos para transferência e disse em decisão que apenas os cuidados da mãe da criança seriam suficientes. Segundo ela, não havia ainda clareza sobre se Hallysson cumpria pena em São Paulo ou em Brasília.

O ex-diretor da Fundac é acusado de tentar extorquir milhões de empresários do grupo MMC Automotores do Brasil Ltda. A Polícia Federal chegou até o acusado depois que as pessoas ameaçadas pelo lobista se negaram a pagar propina que poderia chegar a R\$ 1,5 milhões.

22/11/2015

O Globo

Coluna - Lauro Jardim

O Globo - 22/11/2015

LAURO JARDIM

O dono da caneta
Governo

As nomeações para o governo Dilma estão integralmente nas mãos de Ricardo Berzoini. Jaques Wagner tem passado ao largo desse mundo.

Expediente

Informal

A jovem Jéssica tem dado expediente informal e frequente no Ministério do Esporte, comandado por seu pai, George Hilton. Atende fornecedores e procura chefes de diversos setores do ministério para pedir detalhes dos contratos da pasta.

O entorno de Dilma

O Ipea observou em um estudo que mais de 70% dos cargos de confiança dos ministérios da Pesca, Esporte, Cidades, Defesa, Desenvolvimento Social e Turismo são ocupados por servidores sem concurso público. Mas cabe à Presidência da República o título de órgão federal com o maior número absoluto de nomeados de fora do serviço público. São 804 - 46% dos 1.749 nomeados do Palácio do Planalto.

BRASIL

Na pindaíba

Pelas contas de quem acompanha com lupa as finanças dos estados, pelo menos dez governadores não conseguirão pagar em dezembro o décimo terceiro salário.

Feliz Natal

De acordo com as previsões dos próprios advogados do grupo Odebrecht, a sentença de Marcelo Odebrecht deve sair entre os dias 11 e 18 de dezembro. Ninguém ali tem dúvida de que Sérgio Moro vai condená-lo.

A TERRA PODE TREMER

O lobista e vice-presidente da Anfavea Mauro Marcondes está negociando com o Ministério Público Federal, em Brasília, um acordo de delação premiada. As tratativas começaram há dez dias e estão ainda em estágio inicial. Se falar tudo o que sabe, pode ser uma bomba atômica. Preso há quase um mês na terceira fase da Operação Zelotes, Marcondes é acusado pela PF de "comprar" uma medida provisória que beneficiava montadoras de automóveis. A consultoria de Marcondes, especializada no setor automobilístico, fez entre 2014 e 2015 depósitos de R\$

2,5 milhões na conta da empresa de Luís Cláudio Lula da Silva, a LFT, cujo foco é o marketing esportivo.

PARA ENTENDER O ESQUEMA

A propósito da Zelotes, um especialista em **Carf**, o órgão do Ministério da Fazenda que tem o poder de anular ou diminuir o valor de multas lavradas pela Receita Federal, explica didaticamente uma das mecânicas do tráfico de influência que grassou ali nos últimos anos: primeiro, os conselheiros do esquema encontravam casos semelhantes àqueles de interesse do contribuinte que os contratava - processos similares, mas pouco relevantes. Em seguida, julgavam para formara jurisprudência. Quando, meses depois, um caso de grandes empresas surgia para ser apreciado, já havia a jurisprudência sobre o tema. Assim, eram difíceis eventuais divergências. Ou seja, nem sempre todos os conselheiros estavam necessariamente no esquema, embora tenham contribuído na formação da jurisprudência.

INTERNET

Bolso

vazio

Com a América do Sul andando mais devagar - puxada pela crise no Brasil - as doações ao Wikipedia oriundas da região despencaram nos últimos dois anos. Dos US\$ 180 mil arrecadados entre julho de 2013 e junho de 2014, o valor caiu para apenas US\$ 50 mil em igual período entre 2014 e 2015. Foi o único continente a ter apresentado recuo.

PETROBRAS

Números

superlativos

A folha de pagamento da Petrobras é de R\$ 21 bilhões ao ano. Ou melhor, era. Para conseguir anteontem o fim da greve que durou 21 dias, a Petrobras teve que ceder ao sindicato. A fatura vai subir.

Um pelo outro?

Ao mesmo tempo em que discute um acordo de leniência com a CGU, em Brasília, a UTC está processando a Petrobras na Justiça do Rio de Janeiro. A empreiteira de Ricardo Pessoa acusa a Petrobras de não pagar o que lhe é devido pelas obras da Refinaria Alberto Pasqualini (RS). A conta do calote, segundo a UTC, chega a R\$ 625 milhões. Com esse dinheiro, aliás, poderia quitar o acordo de leniência a empreiteira propôs à CGU o pagamento de R\$ 500 milhões.

DE

VOLTA

O UFC bateu o martelo: a volta de Anderson Silva ao octógono será em 5 de março, na HSBC Arena, no Rio de Janeiro.

Enfrentará Vitor Belfort.

Anderson está afastado das lutas desde que foi flagrado pelo exame antidoping depois de vencer Nick Diaz, em janeiro de 2015. O anúncio oficial deve ser feito até o fim do mês.

ECONOMIA

Não é uma fusão

Pelo desenho feito pelo BTG Pactual, que articula o negócio, a chamada fusão entre TIM e Oi não seria uma... fusão. Com o capital do bilionário russo Mikhail Fridman, a ideia é que a TIM seja incorporada à Oi.

Pista de pouso

José Safra está de olho na concessão do Aeroporto de Guarulhos (SP), hoje nas mãos da Invepar. Em 2012, a Invepar arrematou o aeroporto por R\$ 16,2 bilhões.

LIVROS

Esquecidos pela História

Leandro Narloch, que vendeu cerca de 1 milhão de exemplares da série "Guia politicamente incorreto" deixou a LeYa. Vai lançar no segundo semestre de 2016 "Histórias do Brasil - escravidão" pelo Estação Brasil, novo selo da Sextante. Será o primeiro livro de uma série que pretende contar a História do Brasil por meio de personagens pouco conhecidos.

TELEVISÃO

Em negociação

A Band e a Turner estão namorando.

Pela negociação ainda em estágio inicial, a gigante americana (dona de CNN, TNT, Cartoon NetWork etc.) compraria 30% da rede de televisão da família Saad, que continuaria a definir os rumos do jornalismo da emissora. Por este desenho, a Turner controlaria a área financeira.

Jota Info

Após Zelotes, Carf volta à ativa sem saber se julga processos sob suspeita

22/11/2015

Por desconhecer a lista de processos sob suspeita da força-tarefa que conduz a Operação Zelotes, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) pode publicar uma pauta contaminada para a primeira sessão de julgamentos após oito meses sem novas decisões sobre tributos sob disputa entre o governo e contribuintes.

A informação foi dada ao JOTA em primeira mão pelo presidente do colegiado, Carlos Alberto Barreto, durante entrevista exclusiva na terça-feira (18/11).

A falta de conhecimento específico também impede que o Carf volte a analisar imediatamente os processos em que há indícios de pagamento de propina para elaboração de votos ou pedido de vistas. A revisão das decisões administrativas neste tipo de situação está prevista no novo Regimento Interno do conselho, publicado durante o recesso ao qual foi submetido o conselho nos últimos meses.

Porém, mais de 200 dias depois de interromper os julgamentos por causa da Zelotes, é como se o Carf nada soubesse oficialmente sobre a operação até hoje.

"Continua para a gente sob sigilo, sabemos por intermédio do que vocês publicam na imprensa. Vamos retomar as sessões sem saber se o processo que está sendo colocado na pauta está sob suspeita ou não", admitiu Barreto. "Pode ser que ao publicar nossa pauta eles digam que este processo tem problema ou não tem problema."

+JOTA: Primeira sessão do Carf pós-Zelotes deve ocorrer em dezembro

+JOTA: Congresso aprova remuneração para conselheiros do Carf

Sem decidir nada novo sobre questionamentos de contribuintes a cobranças de tributos do Fisco desde março, o Carf teve seu funcionamento questionado, interrompido e revisado desde o início da operação Zelotes. A PF deflagrou novas fases da operação, ampliando as suspeitas para a extensão de benefícios fiscais por medidas provisórias do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff.

O governo provocou e a Ordem dos Advogados do Brasil proibiu que conselheiros exercessem a advocacia concomitantemente aos mandatos. O governo instituiu uma remuneração por sessão de julgamento, cuja verba só foi aprovada pelo Congresso na semana passada, permitindo a retomada dos julgamentos. Barreto aposta que o conselho dará a palavra administrativa final sobre R\$ 251 bilhões em litígio até o fim de março de 2016.

Há suspeitas sobre casos já decididos e também sobre processos prestes a serem julgados pelo Carf. As investigações vêm sendo conduzidas sob sigilo judicial por um grupo formado pela Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Receita Federal e a Corregedoria interna do Ministério da Fazenda. Em um caminho paralelo e sem depoimentos relevantes, uma vez que muitos dos suspeitos optam por permanecerem calados, há uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Senado.

+JOTA: STJ nega liberdade a ex-conselheiro do Carf

+JOTA: A nova fase da Operação Zelotes e o descompasso com a CPI do Carf
Acesso será dado "oportunamente"

Com uma nova equipe de auditoria e acompanhamento mais próximo da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União, que verificam o novo sistema de sorteio de processos e outros aspectos do funcionamento do conselho, o Carf também viu negado um pedido para que a força-tarefa repassasse os dados sob análise dos investigadores.

"Provocamos e perguntamos quantas empresas estavam sob suspeita, mas a Corregedoria disse que não poderia informar, porque estava sob sigilo judicial. 'oportunamente passaremos a informação'. Isso nos preocupa, estamos julgando um processo, uma admissibilidade que pode ter alguma coisa envolvida que não sabemos", contou o presidente do conselho.

A equipe de auditoria do Carf tem se limitado a acompanhar os desdobramentos da Zelotes pela imprensa e tomado nota de empresas, conselheiros e procedimentos que estão no foco de policiais e procuradores, segundo Barreto.

De acordo com ele, os investigadores da Zelotes podem acessar processos que estão sob suspeita e analisarem os dados sem que o Carf saiba, uma vez que a Receita integra a força-tarefa. "O que acontece lá, não temos o menor conhecimento. Porque se eles querem ver um processo, eles não pedem para gente", relatou.

Retirada de pauta

Mas, segundo o presidente do Carf, a nova equipe de conselheiros só deixará de julgar uma causa se houver pedido formal e expresso do Ministério Público Federal solicitando a medida.

"Para que o carf tire um processo de pauta vai ter que vir alguma decisão ou alguma coisa do Ministério Público", assinalou. "Fora disso o Carf não vai interromper o julgamento. Tem que vir uma determinação para que o Carf não aprecie este processo ou retire aquele processo de pauta por estar sob investigação. Fora disso não há possibilidade de não prosseguir o julgamento."

+JOTA: Relatório final da CPI do Carf defe pedir fim da paridade no conselho

+JOTA: Juíza da operação Zelotes é substituída

Ritmo e pauta

O governo tem pressa em reiniciar os julgamentos do Carf. Quando interrompeu as sessões, em março, o Ministério da Fazenda chegou a informar por meio de nota que as sessões suspensas seriam repostas ao longo do ano - talvez por não imaginar a extensão ou intensidade das suspeitas naquele momento. O fato é que a menos de cinquenta dias da virada do ano, Barreto convocará um último sprint de sessões para o início de dezembro.

Isso significa que o Fisco poderá lançar contabilmente como parte do superávit primário deste ano as receitas dos processos administrativos que forem vencidos pela Fazenda Nacional na Câmara Superior. Segundo Barreto, há acórdãos já julgados e decididos pelo Carf com cerca de R\$ 80 bilhões em crédito aos cofres públicos - o que não significa necessariamente que isso será depositado agora, pois parte é negociada em programas de refinanciamento ou seguem pra questionamento na Justiça.

Entre as incertezas próprias da discussão sobre os tributos em disputa com os contribuintes, parece claro que o governo aposta em uma rápida redução do acervo depois do freio de arrumação e das mudanças internas realizadas no Conselho nos últimos meses.

"Temos um acervo significativo relatado que, nas primeiras sessões, será apreciado", afirmou Barreto. "Temos expectativa de sair muitos. Julgar muito, aumentar a produtividade. Principalmente no primeiro sorteio, que já está pronto, será feito por nós."

+JOTA: "Condição do advogado dentro do Carf está humilhante", diz conselheira

+JOTA: Sobrinho de Nardes (TCU) levava dinheiro em esquema do Carf, diz contadora

Suporte e sorteio

O Carf criou uma nova área para suporte aos advogados e para a gestão dos processos e sorteio das pautas de julgamento. O procedimento é homologado pelo Serpro e acompanhando por técnicos da CGU e TCU. Indagado se o sistema impede que novos conselheiros escolham os processos que vão julgar, um dos pontos críticos que permitiram as irregularidades investigadas na Zelotes, Barreto foi taxativo:

"Com certeza, é absolutamente aleatório."

Técnico de carreira e ex-secretário da Receita Federal, Barreto acredita que as investigações da Zelotes poderiam se beneficiar da cooperação com a equipe do Carf. E vice-versa.

"Parece que quando chegam a um ponto surge um novo elemento. Temos visto um encadeamento de temas, que flui até mesmo para medidas provisórias a partir de julgamentos que estavam sob apreciação do Carf", avaliou. "Não temos elementos para avaliar qual é a extensão disso e qual a demora que isso vai levar

para refletir nos processos que já foram julgados. Acompanhamos ansiosamente pela imprensa, tudo que sai estamos anotando para fazer nossa análise de risco."

O presidente do conselho que passou praticamente todo o ano de 2015 sob desconfiança de congressistas, policiais, procuradores e colegas da Receita Federal, evitou críticas à compartimentalização de detalhes sobre a operação Zelotes.

"Temos que compreender o trabalho de outros órgãos públicos, exige muita reserva e muito sigilo", afirmou. "Quanto menos pessoas souberem, melhor será o resultado do trabalho deles.

23/11/2015

Valor Econômico

Carf deve retomar os julgamentos em dezembro

Valor Econômico - 23/11/2015

Beatriz Olivon

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) programa o retorno das sessões de julgamento para a segunda semana de dezembro - entre os dias 7 e 11. A previsão é que a pauta seja publicada nesta semana, de acordo com o presidente do órgão, Carlos Alberto Barreto.

Poderão ser pautados até três mil processos. Atualmente, há 118.324 casos parados no conselho, que correspondem a um total de R\$ 567,91 bilhões em discussão. Segundo Barreto, a prioridade serão os processos que já estavam na pauta e tratam de temas como ágio, ganho de capital em incorporação societária e juros sobre capital próprio.

Um dos julgamentos mais aguardados por tributaristas - o caso do ágio interno da Gerdau - estava pautado para abril. "A grande maioria dos processos levados, nesse primeiro momento, serão de relatoria da Fazenda", afirma Barreto. "A partir de agora, as pautas deverão ser temáticas, o que deve agilizar os julgamentos."

Como o objetivo de Barreto é distribuir em dezembro metade do estoque do órgão, a expectativa é de que, ainda no primeiro trimestre de 2016, sejam julgadas causas que somam cerca de R\$ 250 bilhões.

As sessões de julgamento estão suspensas desde março, quando foi deflagrada a Operação Zelotes, que investiga um esquema de corrupção no órgão. E só serão agora retomadas pela espera por recursos para o pagamento dos conselheiros representantes dos contribuintes, que ficaram impedidos de advogar.

Em abril, o Decreto nº 8.441 estabeleceu uma remuneração mensal de até R\$ 11.238 - R\$ 1.872,50 por sessão. E em meados do ano, novos integrantes foram selecionados. A gratificação, porém, somente foi aprovada pelo Congresso Nacional na semana passada.

O Carf retomará os julgamentos com 144 conselheiros e grande parte deles ingressou no

órgão neste ano. Faltam dez conselheiros dos contribuintes que, em um primeiro momento, serão substituídos por suplentes, segundo Barreto. Os novos julgadores serão empossados na primeira sessão da qual participarem.

Os três mil processos que podem entrar nesta primeira pauta deverão ser analisados pelas 15 turmas e as três câmaras superiores. No entanto, depois da semana inaugural, os julgamentos serão novamente interrompidos por causa do fim do ano. E retornarão na segunda quinzena de janeiro.

O presidente explica que há um total de seis mil processos prontos para serem levados a julgamento. "O acervo não aumentou muito. Em termos de valor, aumentou R\$ 30 bilhões", diz Barreto. O acréscimo, de cerca de três mil casos, ocorreu porque enquanto as sessões estavam suspensas, foram elaborados votos, analisados pedidos de admissibilidade para a Câmara Superior e formalizados acórdãos.

Tiago Conde Teixeira, do Sacha Calmon Misabel Derzi Consultores e Advogados, afirma que, antes da paralisação, em algumas sessões eram julgados até 300 processos. Por isso, acredita ser possível o julgamento de três mil na primeira semana. "Não é um ritmo atípico para o Carf", diz.

Para Júlio César Soares, da Advocacia Dias de Souza, que tem 800 processos no Conselho, a qualidade dos julgamentos deverá ser mantida com o retorno. O advogado Flávio Eduardo Carvalho, do Souza, Schneider, Pugliese e Sztokfisz, que acompanha cerca de 300 processos no Carf, porém, está apreensivo com o retorno. "O governo fala em falta de caixa e há uma corrida contra o tempo para julgar processos. Não sei qual o recado que está para ser passado."

Globo On Line

Controladora da JBS compra a Alpargatas por R\$ 2,667 bi

23/11/2015

Acordo foi informado nesta segunda-feira em fato relevante

RIO - A holding J&F Investimentos, dona da JBS, fechou acordo para comprar o controle da Alpargatas por R\$ 2,667 bilhões, conforme fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta segunda-feira. A empresa dos irmãos Joesley e Wesley Batista vai ficar com 44,12% do capital social da Alpargatas, sendo 66,99% do total das ações ordinárias (com voto) e 19,98% do total das ações preferenciais (sem direito a voto).

A confirmação do negócio foi antecipada por Lauro Jardim nesta manhã, em seu blog, no GLOBO . O valor de R\$ 2,667 bilhões representa preço de R\$ 12,85 por ação, segundo o comunicado, ante preço de fechamento de R\$ 9,73 da ação da Alpargatas na quinta-feira. O preço será pago à vista na data do fechamento da operação, informou a Alpargatas.

A Alpargatas - controlada pela Camargo Corrêa, construtora acusada na Operação Lava-Jato - é fabricante da Havaianas e dona da grife Osklen. Já a J&F controla, além da JBS (dono da marca Seara), a produtora de laticínios Vigor, a

fabricante de celulose Eldorado Brasil, o banco Original e a fabricante de produtos de limpeza Flora.

No exterior, a JBS, maior processadora de carnes do mundo, comprou em julho a unidade de suínos da Cargill nos Estados Unidos por US\$ 1,45 bilhão, também à vista. Um pouco antes, em junho, a maior produtora de carnes do mundo havia anunciado a compra da Moy Park, unidade de carne de frango e alimentos processados da Marfrig na Europa, por US\$ 1,5 bilhão. A companhia tem 80% de sua receita em dólar.

DIVERSIFICAÇÃO

O negócio foi fechado neste domingo, segundo a J&F. Em nota à imprensa, a holding afirma que, com a operação, agrega ao seu portfólio de negócios uma operação consolidada em um dos mais dinâmicos segmentos do mercado de bens de consumo .

Acreditamos que nossa experiência acumulada em operações globais e no desenvolvimento de marcas fortes irá impulsionar ainda mais a bem-sucedida trajetória da Alpargatas consolidada pela Camargo Corrêa até aqui , afirma, na nota à imprensa, Joesley Batista, presidente da J&F Investimentos.

O fato relevante divulgado nesta segunda-feira afirma que a operação está sujeita à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A nota informa ainda que a J&F não tem intenção de promover, no prazo de um ano, o cancelamento do registro de companhia aberta da Alpargatas .

No início de novembro, a Alpargatas anunciou a venda das marcas Topper e Rainha para um grupo de investidores liderados pelo empresário Carlos Wizard Martins, fundador do curso de idiomas Wizard e que hoje está à frente da holding Sforza. Esta controla, entre outros negócios, a rede de produtos naturais Mundo Verde. A operação será de no mínimo R\$ 48,7 milhões.

A Alpargatas tem outras marcas famosas, como os calçados Timberland e as sandálias Dupé, muito conhecidas no Nordeste. A receita líquida da empresa nos últimos 12 meses encerrados em junho de 2015 foi de R\$ 3,9 bilhões. Além das fábricas no Brasil e na Argentina, ela tem 669 lojas em todo o mundo e exporta para 107 países.

Marcas icônicas como as que compõem o portfólio da Alpargatas são construídas pela excelência na atuação de sua equipe. Temos certeza de que, com a sólida experiência acumulada por seus profissionais, vamos alcançar nossa visão sobre o futuro deste negócio , destacou Joesley Batista, na nota.

ANGRA 3

Na Lava-Jato, dirigentes da Camargo Corrêa foram condenados por crimes em contratos da **Petrobras**. Em agosto, em acordo de leniência, a empreiteira se comprometeu a devolver R\$ 700 milhões. Delações de dois de seus executivos deram origem a uma ação na Eletronuclear e uma investigação sobre a usina de Belo Monte. Em abril deste ano, o ex-presidente da Camargo Corrêa, Dalton Avancini, afirmou que houve "promessa" de pagamento de propina ao PMDB e a dirigentes da Eletronuclear nas obras da usina nuclear Angra 3.

Na semana passada, o Cade instaurou processo administrativo para investigar a prática de cartel numa licitação da usina de Angra 3. Segundo nota à imprensa divulgada pela autarquia, as empresas investigadas são: Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht , Queiroz Galvão, Construções e Comércio Camargo Correa, Empresa Brasileira de Engenharia (EBE), Techint Engenharia e Construções e UTC Engenharia, além 21 funcionários e ex-funcionários dessas companhias.

Já o grupo JBS foi citado em gravações e e-mails na investigação do esquema de venda de sentenças do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), para redução de dívidas tributárias. A empresa nega envolvimento no esquema de compra de sentenças

IstoÉ

Coluna - Brasil Confidencial

Revista ISTOÉ - 23/11/2015

Onde está Wally?

Seis meses depois de pedir a intimação de Oscar Algorta, parceiro de negócios clandestinos do ex-diretor da Petrobras Néstor Cerveró, o juiz Sérgio Moro ainda não conseguiu descobrir se o suspeito já foi notificado

por Débora Bergamasco

Seis meses depois de pedir a intimação de Oscar Algorta, parceiro de negócios clandestinos do ex-diretor da Petrobras Néstor Cerveró, o juiz Sérgio Moro ainda não conseguiu descobrir se o suspeito já foi notificado. Moro cobrou no início deste mês informações sobre este caso. O MP respondeu que até agora não teve nenhum posicionamento da Justiça do Uruguai. Algorta é réu no processo na Justiça Federal do Paraná em que é acusado de ajudar Cerveró a lavar dinheiro na compra de um apartamento de luxo em Ipanema.

Caça ao tesouro

O Supremo Tribunal Federal começou a suspender leis estaduais que obrigam o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a repassar a estados recursos do Tesouro depositados em juízo, antes mesmo de as ações transitarem em julgado. Inclusive em casos em que a unidade federativa não é parte no processo.

Ao tesouro 2

Hoje, calcula-se que haja cerca de R\$ 150 bilhões depositados em juízo, que ajudam na liquidez dos bancos. O ministro Teori Zavascki concedeu liminar suspendendo decisões assim em Minas. Luis Roberto Barroso, na Paraíba. A briga segue por vários estados.

Ao tesouro 3

Na Bahia, decisão estadual de novembro previa uso de força policial e até abertura à força do cofre em agências do BB caso alguém tentasse impedir esse tipo de saque. Isso gerou uma corrida por habeas corpus preventivo para proteger funcionários.

Amigos, amigos...

Nem o carinho do governador petista de Minas, Fernando Pimentel, por Dilma arrefeceu a briga judicial entre seu estado e os bancos públicos. O BB já teve que repassar ao estado

mineiro mais de R\$ 3 bilhões de recursos do Tesouro depositados em juízo.

Pensando alto

Não foi juízo de valor, apenas curiosidade:

o ministro Teori Zavascki, do STF, comentou com pessoas próximas não entender como o deputado Eduardo Cunha continua exercendo o posto de presidente da Câmara. Por muito menos, Severino Cavalcanti renunciou.

Devolva-me

A CPI do **Carf** vai tentar criar dificuldade para o comércio de pedidos de vista praticado por integrantes da gangue do tribunal de recursos da Receita Federal. O relatório da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) vai sugerir acabar com o atual modelo que não prevê prazos para devolução dos processos.

Vista à vista A Operação Zelotes identificou situações em que pedidos de vista eram negociados por R\$ 20 mil para que hibernassem na gaveta de conselheiros integrantes do esquema. Outra proposta da senadora para o **Carf** é que o colegiado passe a respeitar o Código Tributário Nacional.

Neurônios em ação

O texto que o PSDB apresentará em dezembro para tirar o país da crise está sendo elaborado com a máxima cautela. Os tucanos sabem que não podem ser tão liberais quanto foi o PMDB em "Uma Ponte para o Futuro". Pois calculam que cada palavra será usada como munição eleitoral e não podem aparecer como patrocinadores de "medidas impopulares". O documento ressaltará que a política social do PT falhou, pois se baseou apenas na distribuição de dinheiro aos carentes, sem oferecer sustentabilidade, nem porta de saída. O desafio agora será apontar medidas de curto prazo com consequências estruturantes.

Maledicências

Marina Silva, da Rede, está sendo criticada nas redes sociais por estar "sumida" das discussões sobre o desastre em Mariana. Coordenador-geral do partido, Bazileu Margarido diz que a sigla foi a primeira e a mais contundente a se posicionar. Essas críticas são uma "cortina de fumaça" para que "não se discuta a responsabilidade dos órgãos de governo", disse ele.

Toma lá dá cá

EDINHO SILVA, MINISTRO DA SECOM

ISTOÉ – Quando o governo pretende começar a usar a Lei do Direito de Resposta?

Edinho – Não tem uma posição do governo sobre usar ou não. A presidente se posicionou diante de um projeto legitimado pelas duas Casas que tramitou sem polêmicas.

ISTOÉ – Quem agora está criticando a lei "cochilou" enquanto ela estava sendo apreciada no Congresso?

Edinho – Olha, foi uma surpresa essa polêmica. Mas se for constatado algum desequilíbrio na lei, o Congresso tem condições de revisá-la.

ISTOÉ – Eduardo Cunha já "inaugurou" a lei. Foi um uso desequilibrado?

Edinho – Não tenho conhecimento da reivindicação dele. Mas a necessidade ou não de uma revisão não se dará apenas por um, dois ou três casos.

Rápidas

* O presidente do PT, Rui Falcão, escreveu em publicação interna da legenda que a Lei do Direito de Resposta é só "o primeiro passo". Trabalhará pelo fim de "oligopólios" e pela exigência da "produção e distribuição regionalizada de conteúdo na mídia."

* Consternadas com a tragédia em Mariana, autoridades de Minas Gerais consideram que a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, deveria estar sujando mais o pé de lama e se envolvendo nesta questão mais de corpo presente.

* Nem só de greve e piquetes vivem as universidades federais. A Instituição do Rio Grande do Sul (UFRS), por exemplo, acaba de conseguir abrir uma licitação para comprar pé de moleque (R\$ 88 mil), paçoquinha (R\$ 125 mil) e mandolates (R\$115 mil).

* Já a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro conseguiu autorização para licitar 25 revólveres da marca Tauros. É para trocar os armamentos dos vigilantes da instituição. Mas a os cartuchos são abastecidos com munição não letal.

Retrato falado

O Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams, acredita que o acordo fechado entre o Ministério Público e a mineradora Samarco prevê um valor muito abaixo do ideal. O Ibama e outros órgãos do governo federal ainda estão calculando qual deve ser o tamanho do ressarcimento a ser feito pela empresa. Mas estima-se que só de indenização deveria ser algo à partir de R\$ 2 bilhões. Além disso, cerca de R\$ 300 milhões incidente sobre cada dano causado.

Aula de spinning

A defesa do governo federal receberá nos próximos dias parecer técnico de um economista professor da Unicamp dizendo que as "pedaladas" não são ilegais. O texto será juntado ao processo que tenta defender Dilma da acusação de crime de responsabilidade. Também está para sair outra manifestação de três juristas, da USP e de faculdades de Minas e Pernambuco.

Temperaturas amenas

Enquanto o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, levava vaia no congresso do PMDB, o líder da bancada, deputado Leonardo Picciani, palestrava em Harvard sobre o sistema eleitoral brasileiro. "Confesso que não achei ruim ter perdido o evento no Brasil", disse à coluna.

Vanessa apresenta relatório da CPI do Carf na próxima semana

23/11/2015

A senadora Vanessa Grazziton (PCdoB-AM) deve apresentar esta semana o relatório da CPI que investiga irregularidades como a venda de sentenças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A relatora da CPI adiantou que o documento não vai citar as últimas investigações da Operação Zelotes, que investiga a suposta compra de medidas provisórias para beneficiar o setor automotivo.

O presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) avalia a possibilidade de apresentar requerimento para criar uma nova CPI com objetivo de investigar o caso das MPs.

A CPI foi criada para investigar a venda de sentenças do Carf, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, última instância administrativa de recursos relativos a processos abertos pela Receita Federal.

Desde março, a Polícia Federal, por meio da Operação Zelotes, apura esquema criminoso em que conselheiros e ex-conselheiros do Carf passavam informações privilegiadas para escritórios de consultoria. Esses escritórios, muitos dos quais tinham os próprios conselheiros como acionistas, procuravam empresas multadas pela Receita Federal e, mediante pagamento de propina, prometiam manipular o andamento de processos para anular ou reduzir as multas aplicadas.

A investigação já comprovou prejuízos de R\$ 6 bilhões aos cofres públicos, mas a suspeita é de que a fraude pode ultrapassar R\$ 19 bilhões.